

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Desempenho nos Negócios
1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 8.941, contra um lucro de R\$ 1.149 apresentado no exercício de 2018.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 160.316 (31/12/2018 - R\$ 136.857), representado principalmente por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Interfinanceiras	122.962	104.101
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	32.696	28.140
Derivativos	-	-

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu, ao final do exercício, o montante de R\$ 136.775 (31/12/2018 - R\$ 133.013), composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	112.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	310	426
Reservas de Lucros	24.342	23.464

Agência de Rating

O quadro abaixo refere-se ao Conglomerado Financeiro Original.

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B	B+
S&P ⁽²⁾	A-2	A-	B	B+

⁽¹⁾ Novembro 2019

⁽²⁾ Novembro 2019

Governança Corporativa
1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados. O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado

de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito perante a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

Ouidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Banco mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Nos exercícios de 2019 e 2018 não tivemos aberturas de demandas na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o ano os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudesse criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		160.104	117.527	Passivo Circulante		21.027	1.381
Disponibilidades	4	419	211	Depósitos	12.a	13.463	21
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	122.962	104.101	Depósitos à Vista		21	21
Aplicações no Mercado Aberto		122.962	104.101	Depósitos Interfinanceiros		13.442	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	32.696	11.294	Outras Obrigações		7.564	1.360
Carteira Própria		32.696	11.294	Sociais e Estatutárias	13.a	2.550	273
Relações Interfinanceiras		-	1	Fiscais e Previdenciárias	13.b	4.554	1.087
Créditos Vinculados:		-	1	Diversas		460	273
Depósitos no Banco Central		-	1	Passivo Exigível a Longo Prazo		2.514	2.463
Outros Créditos	8	4.026	1.904	Outras Obrigações		2.514	2.463
Créditos Tributários	8.a.1	-	905	Diversas	13.b	2.514	2.463
Diversos	8.c	4.026	999	Patrimônio Líquido		136.775	133.013
Outros Valores e Bens	9.d	1	16	Capital Social:		112.123	109.123
Despesas Antecipadas		-	16	De Domiciliados no País	15.a	112.123	109.123
Ativo Realizável a Longo Prazo	30	19.085	19.085	Reservas de Lucros	15.d	24.342	23.464
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	-	16.846	Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.b	310	426
Carteira Própria		-	16.846				
Outros Créditos	8	30	2.239				
Créditos Tributários	8.a.1	-	2.169				
Diversos	8.c	30	70				
Permanente		181	245				
Investimentos	9	100	100				
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100				
No País		100	100				
Imobilizado de Uso	10	80	132				
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475				
(Depreciação Acumulada)		(1.395)	(1.343)				
Intangível	11	1	13				
Ativos Intangíveis		447	447				
(Amortização Acumulada)		(446)	(434)				
Total do Ativo		160.316	136.857	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		160.316	136.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a	01/01 a
		31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de Intermediação Financeira		7.883	21.685	10.066
Resultado de Operações de Crédito	7.b	572	580	6
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	7.311	21.105	10.049
Resultado de Operações com Câmbio	8.e	-	-	11
Despesas da Intermediação Financeira		(365)	(739)	(16)
Operações de Captação no Mercado	12.a.2	(365)	(739)	(16)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		7.518	20.946	10.050
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.a	-	-	295
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		7.518	20.946	10.345
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.480)	(5.800)	(5.315)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	-	-	2
Despesas de Pessoal	20	-	-	(16)
Outras Despesas Administrativas	21	(2.141)	(4.771)	(4.531)
Despesas Tributárias	22	(323)	(947)	(549)
Outras Receitas Operacionais	23	53	71	50
Outras Despesas Operacionais	24	(69)	(153)	(271)
Resultado Operacional		5.038	15.146	5.030
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		5.038	15.146	5.030
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	881	(6.205)	(3.884)
Provisão para Imposto de Renda		290	-	(241)
Provisão para Contribuição Social		142	-	(218)
Ativo Fiscal Diferido		449	(6.205)	(3.425)
Participação nos Lucros		-	-	3
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		5.919	8.941	1.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital ⁽¹⁾	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	109.123	-	3.468	18.847	463	-	131.901
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.149	1.149
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Constituição Reserva Legal/Estatutária	-	-	57	1.092	-	(1.149)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	109.123	-	3.525	19.939	426	-	133.013
Mutações do Exercício	-	-	57	1.092	(37)	-	1.112
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	109.123	-	3.525	19.939	426	-	133.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.b	-	-	-	(116)	-	(116)
Aumento de Capital	15.e	3.000	-	-	-	3.000	3.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	8.941	8.941
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Constituição Reserva Legal	15.d	-	-	447	-	(447)	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	(431)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária	-	-	-	431	-	-	431
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(8.063)	(8.063)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	109.123	3.000	3.972	20.370	310	-	136.775
Mutações do Exercício	-	3.000	447	431	(116)	-	3.762
Saldo em 30 de Junho de 2019	109.123	-	3.676	22.810	362	-	135.971
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(52)	-	(52)
Aumento de Capital	-	3.000	-	-	-	3.000	3.000
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	5.919	5.919
Destinações	-	-	-	-	-	-	-
Constituição Reserva Legal	15.d	-	-	296	-	(296)	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	(2.440)	(2.440)
Reversão Reserva Legal/Estatutária	-	-	-	2.440	-	-	2.440
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(8.063)	(8.063)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	109.123	3.000	3.972	20.370	310	-	136.775
Mutações do Semestre	-	3.000	296	(2.440)	(52)	-	804

(1) Foi deliberado o aumento de capital social do Banco no valor de R\$ 3.000. Em fase de homologação pelo Banco Central.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2º Semestre	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	5.919	8.941	1.149
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício	(14.354)	(16.439)	1.770
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.a	-	(295)
Carteira de crédito	-	-	(295)
Depreciações e Amortizações	21	23	64
Ajuste a Valor de Mercado	(13.184)	(22.568)	(1.734)
Tributos Diferidos	(504)	6.586	3.589
Provisão para Contingências, Trabalhistas	44	230	128
Provisão de Participações no Lucro	-	-	(3)
Demaís ajustes no Semestre/Exercício	(733)	(751)	(46)
Lucro/(Prejuízo) Ajustado do Semestre/Exercício	(8.435)	(7.498)	2.919
Variáveis em Ativos e Passivos	13.767	26.567	11.955
Variação Líquida em Outras Relações	14.389	6.966	9.127
Interferências e Interdependências	-	-	1
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	-	-	295
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(3.179)	121	2.949
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	141	15	(13)
Aumento (Redução) em Depósitos	365	13.442	(326)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	2.051	6.022	(90)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	5.332	19.069	14.874
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais	5.332	19.069	14.874
Atividades de Investimento			
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento	-	-	-
Atividades de Financiamento	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio pagos	-	-	(7.773)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	-	-	(7.773)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	5.332	19.069	7.101
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício	118.049	104.312	97.211
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	4	123.381	104.312
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	5.332	19.069	7.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional:

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediada na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem: O valor residual do ativo imobilizado de uso, ativos intangíveis, provisão para perdas com operações de créditos, impostos diferidos ativos, provisão para demandas trabalhistas e cíveis, avaliação de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas são reconhecidos somente na liquidação. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 28 de fevereiro de 2020 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os semestres e exercícios apresentados.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para dia de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários: De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela Circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

• **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;

• **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

• **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais. I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados; II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período; III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não tivemos operações de crédito na carteira ativa. Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. As operações negociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco Original para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

g) Outros Ativos: Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

h) Despesas Antecipadas: São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou cuja prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i) Permanente: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em menor frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

i.1) Investimentos em Controladas: Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

i.2) Imobilizado de Uso: O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos.

i.3) Intangível: Os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de forma linear das amortizações para os intangíveis produzidos internamente, à taxa de 10% a.a. e para intangíveis adquiridos as amortizações variam de 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo. Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

j) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment): É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do semestre em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No exercício de 2019 e em 2018 o banco não identificou nenhuma perda de ativos intangíveis (processo de impairment).

k) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido): A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente de R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), de janeiro a dezembro de 2019, a alíquota para a CSLL foi de 15% conforme norma vigente na época.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Em 31 de dezembro de 2019, os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IR e 20% para CSLL (conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituído a 20%). Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

m) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;

• **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;

• **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

n) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

o) Outros Passivos: Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

p) Partes Relacionadas: O Banco possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.636/2018. A partir da Resolução nº 4.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no artigo 6º e os limites previstos no artigo 7º sendo ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. O Banco efetuou cessão de operação de crédito, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária (Vide Nota Explicativa nº 18 b).

q) Resultado por Ação: É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

r) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP): A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Artigo 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No ano de 2019 foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.063. (Em 2018 não foram deliberados dividendos e juros sobre capital próprio).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:

Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	419	211
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	122.962	104.101
Total	123.381	104.312

Até 3 Meses

	31/12/2019	31/12/2018
Total	122.962	104.101
122.962	122.962	104.101

Aplicação no Mercado Aberto

	31/12/2019	31/12/2018
Posição Bancada	122.962	104.101
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	122.962	122.962
Total	122.962	104.101

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	122.962	104.101
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	6.510	8.838
Total Carteira Própria	6.510	8.838

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2019	31/12/2018
Total	122.962	104.101
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-
Ações de Companhias Abertas	122.962	122.962
Total	122.962	104.101

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	31/12/2019	31/12/2018
Valor de Ajuste a Mercado - Resultado	122.962	104.101
Valor Contábil	123.381	104.312

Carteira Própria

	31/12/2019	31/12/2018
Títulos Privados	6.510	8.838
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	6.510	8.838

Banco Original do Agronegócio S.A. - CNPJ nº 09.516.419/0001-75

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2019	31/12/2018
b) Outras Obrigações - Diversas:		
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 14.b.1.1)	2.513	2.463
Provisão para Pagamentos a Efetuar	361	144
Outras despesas administrativas	138	42
Outros pagamentos	223	102
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Credores Diversos - Exterior/País	29	29
Total	2.974	2.736
Circulante	460	273
Longo Prazo	2.514	2.463

⁽¹⁾ Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (vide Nota Explicativa nº 10).

14. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões:
a) Ativos Contingentes: Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
b) Provisões e Passivos Contingentes:
b.1) Provisão para Processos Trabalhistas: São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 29 (31/12/2018 - R\$ 70).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Trabalhistas	2.463	2.305
Saldo Inicial	2.463	2.305
Constituição	15	29
Atualização Monetária	225	218
Reversão	(190)	(89)
Saldo Final	2.513	2.463

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisdição dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até 4 anos.

b.2) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível: São processos de natureza trabalhista ou civil classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019 o Banco não possuía processos de natureza civil e trabalhista como perda possível, já em 2018 esse montante era de R\$72.

15. Patrimônio Líquido:
a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital social de R\$ 112.123 (31/12/2018 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2019	31/12/2018
Ordinárias R\$	112.123	109.123
Total	112.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial: Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 310 (31/12/2018 - R\$ 426).

c) JCP e Dividendos: No exercício de 2019, houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 8.063 e em 2018 não foram deliberados Juros sobre Capital Próprio.

d) Reserva Legal: A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No exercício de 2019 houve constituição da reserva legal no montante de R\$ 447 (31/12/2018 - R\$ 57). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2019 atingiu o montante de R\$ 3.972 (31/12/2018 - R\$ 3.525).

d.2) Reserva Estatutária: A reserva estatutária é constituída por determinação do banco como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No exercício de 2019, houve reversão da reserva no montante de R\$ 2.440. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 20.270 (31/12/2018, de R\$ 19.939).

e) Aumento de Capital: Em AGE realizada em 31 de dezembro de 2019 foi deliberado e aprovado o aumento de capital da companhia no montante de R\$ 3.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento de Capital está em fase de homologação pelo BACEN.

16. Limites Operacionais:

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, segundo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O cálculo dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco. No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, Pic Pay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay e Original App.), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.375.393	1.185.805
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.375.393	1.185.805
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) - Ativos Ponderados pelo Risco	10.376.218	8.707.459
RWA _{merc} (Parcela de Risco de Crédito)	8.570.045	7.032.755
RWA _{cred} (Parcelas de Risco de Mercado)	596.303	856.209
RWA _{oper} (Parcela de Risco Operacional)	1.209.870	818.675
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,3%	13,6%

⁽¹⁾ Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados é de 16,5%. Em 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PRI), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2019 e 2018, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

17. Partes Relacionadas:
a) Participação Acionária: A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Acionistas (Em Milhares de Ações, Exceto Percentagens)		
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%

⁽¹⁾ Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas: As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/09, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros				
Banco Original S.A.	-	-	-	27
Aplicações em Operações Compromissadas				
Banco Original S.A.	122.962	104.101	5.767	3.083
Ações				
JBS S.A. (JBS)	15.348	11.294	12.556	1.779
Depósitos Interfinanceiros				
Banco Original S.A.	13.442	-	(738)	(3.311)
Demais Transações				
JBS S.A.	13.442	-	(738)	(3.311)

Cessão de Crédito: Em 2019, foi efetuada cessão de operação de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa ligada, no montante de R\$ 20.000,00 (em reais). O saldo contábil da operação cedida e que encontrava-se registrada em prejuízo era de R\$ 410.367,72 (em reais).

18. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas:

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Outras Prestações de Serviços	-	-	2
Total	-	-	2

19. Despesas de Pessoal:

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração	-	-	(7)
Encargos	-	-	(3)
Benefícios	-	-	(6)
Total	-	-	(16)

20. Outras Despesas Administrativas:

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(211)	(332)	(539)
Depreciações e Amortizações	(23)	(64)	(131)
Propaganda e Publicidade	(81)	(245)	(101)
Comunicações	(115)	(216)	(150)
Processamento de Dados	(1.209)	(2.683)	(2.910)
Aluguéis	(14)	(27)	(25)
Despesas com licença de informações financeiras	-	(24)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(39)	(75)	(405)
Legais e Jurídicas	(54)	(79)	-
Outros tributos e taxas	(3)	(3)	(10)
Outras Multas	-	(374)	-
Outras	(392)	(376)	(260)
Total	(2.141)	(4.717)	(4.531)

21. Despesas Tributárias:

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesa com CFINS	(278)	(815)	(472)
Despesa com PIS/Pasep	(45)	(132)	(77)
Total	(323)	(947)	(549)

22. Outras Receitas Operacionais:

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Atualização de Impostos a Compensar	15	31	36
Recuperação de Encargos e Despesas	(278)	(815)	(472)
Atualização de Depósitos Judiciais	2	4	11
Reversão de Provisão de Gastos Operacionais	36	36	-
Total	53	71	50

23. Outras Despesas Operacionais:

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Provisões Operacionais	-	-	-
Trabalhistas	29	(49)	(158)
Indenizações Trabalhistas	(98)	(104)	(113)
Total	(69)	(153)	(271)

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)
 Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Resultado antes da tributação e deduzidas as participações do lucro	15.146	5.033
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(8.028)	(3)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(7.654)	5
Base de cálculo - CSLL	7.117	5.029
Base de cálculo - IRPJ	7.491	5.038
CSLL ⁽¹⁾	(2.401)	(1.951)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(3.804)	(1.933)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.205)	(3.884)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(6.205)	(3.884)

⁽¹⁾ Em 31 de Dezembro de 2019 os créditos tributários são constituídos com base na alíquota de 25% para IRPJ e 20% para CSLL, conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103, a contribuição social do crédito tributário com realização a partir de março de 2020, deve ser constituída a 20%. (CSLL 20% até novembro de 2018 e 15% em Dezembro de 2018).

25. Estrutura de Gerenciamento de Riscos:
 O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados. O Banco qualifica e atende aos seguintes riscos nas seguintes bases:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.
Gerenciamento de Riscos Operacionais: Segundo a Resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho. Inclui-se ainda os riscos associados a: Falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e consequentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. A estrutura de risco operacional do Banco Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

6. Gerenciamento de Riscos de Mercado: O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que prefillam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A análise de exposição das carteiras do Banco é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são: • VaR (Valor em Risco) -M • Stress Test • Stop Loss • Análise de Sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez: As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR. A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descausamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são: • Fluxo de Caixa; • Teste de Estresse; • Caixa Mínimo.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito: Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento. A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

26. Outras Informações:
a. Garantias Prestadas: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.
27. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A., "Conglomerado Original"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciará uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

28. Evento Subsequente - COVID-19:
 Em 3 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumento o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas, despesas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 será revisada e serão tomadas as providências necessárias para a correção de rumos e para a estabilização econômica financeira que se fizerem necessárias. A Administração avisa de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

i. Quanto ao risco operacional, aumentamos o número de funcionários elegíveis a trabalhar de forma remota, fornecendo-lhes as ferramentas tecnológicas necessárias para que possam exercer plenamente suas atividades, de forma remota em qualquer lugar fora do Banco, sem que haja qualquer prejuízo a continuidade dos negócios. Os testes já foram efetuados e a instituição está preparada para colocar 100% de sua força de trabalho em regime de trabalho remoto, caso isso seja tornado obrigatório pelas autoridades ou por necessidade de preservar seus colaboradores. ii. Quanto ao risco de crédito, acompanharemos diariamente os efeitos do surto na economia de uma forma geral, visando antecipar eventual deterioração da nossa carteira de crédito, adotando as providências necessárias para a minimizar seus efeitos nos resultados do Banco. Caso seja necessária para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020

KPMG
 KPMG Auditores Independentes
 CPT 25P014428/0-6

Marcos Antonio Pontieri
 Contador CRC 15P153569/O-0